

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – Da Constitucionalização Simbólica à Judicialização Simbólica: o problema da concretização de direitos sociais no Brasil	13
1.1. Os direitos fundamentais sociais.....	14
1.2. O déficit de efetividade dos direitos sociais	23
1.3. Constitucionalização simbólica, subintegração e sobreintegração	34
1.4. A judicialização simbólica dos direitos sociais	38
Capítulo II – Escolhas Trágicas, Justiça Distributiva e a Insuficiência dos Modelos Jurídicos Formalistas.....	47
2.1. Escolhas trágicas, custos dos direitos e a importância de se utilizar critérios jurídicos para pautar decisões alocativas de recursos escassos	48
2.2. As escolhas trágicas como instrumento de distribuição do produto da cooperação social e a teoria igualitária de John Rawls.....	59
2.3. A insuficiência dos modelos formalistas de análise para lidar com as escolhas trágicas e a alternativa consequencialista	68
Capítulo III – Desigualdades Socioeconômicas no Brasil, Acesso à Saúde, Acesso à Justiça, e as Consequências Redistributivas da Judicialização	81
3.1. As políticas públicas como instrumento de concretização de direitos sociais.....	83

3.2. O financiamento dos serviços de saúde: escolhas da matriz tributária brasileira.....	89
3.3. O gasto público em saúde e seu papel redistributivo.....	99
3.4. Iniquidades em saúde no Brasil: acesso a serviços de saúde e fatores determinantes de saúde e doença	109
3.5. Desigualdade de acesso à justiça no Brasil.....	119
3.6. Consequências da judicialização sobre a distribuição dos recursos escassos: quem são os beneficiários da judicialização da saúde no Brasil?.....	126
3.7. A judicialização da saúde como agente potencializador do acesso desigual às prestações de saúde.....	140
Conclusão	153
Referências Bibliográficas	161